

O CONCEITO DE ERRO EM SOCIOLINGUÍSTICA

JOSÉ PEREIRA DA SILVA (UERJ E ABRAFIL - pereira@filologia.org.br)

1. Introdução

Heloise Martins lembra que a língua varia com o tempo, assim como varia de acordo com os interesses e culturas locais de cada comunidade, de modo que, citando Luís Carlos Cagliari (1999), “Todas as variedades, do ponto de vista estrutural linguístico, são perfeitas e completas entre si. O que as diferencia são os valores sociais que seus membros têm na sociedade.”

Em seu artigo “Sociolinguística”, disponibilizado na Internet, ensina que há três variedades linguísticas: “uma norma-padrão”, que está na gramática, mas não é falada; um conjunto “de variedades desprestigiadas” e um segundo grupo “de variedades prestigiadas”.

Certo e errado são conceitos pouco honestos que a sociedade usa para marcar os indivíduos e classes sociais pelos modos de falar e para revelar em que consideração os tem... Essa atitude da sociedade revela seus preconceitos, pois marca as diferenças linguísticas com marcas de prestígio ou estigma. (CAGLIARI, 1999)

A Prof.^a Jaqueline Góis Moreira, em sua monografia sobre o estatuto do erro, lembra que a noção de erro “sempre esteve ligada ao lugar social do falante”, de tal modo que uma variedade linguística usada por falantes provenientes de classes populares é imediatamente associada à ideia de *erro*, enquanto variedades linguísticas usadas por pessoas que têm alto poder aquisitivo são logo apontadas como a língua *correta*.

No entanto, em seu livro sobre o *Preconceito Linguístico*, o Prof. Marcos Bagno nos tranquiliza, lembrando que

Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar (BAGNO, 2005, p. 124).

2. A ortografia e a sociolinguística¹

Segundo a Prof.^a Stella Maris Bortoni-Ricardo, é necessário

¹ Para o desenvolvimento deste tópico, vamos nos valer principalmente dos trabalhos da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, seguindo bem de perto o resumo ampliado disponível na Internet.

que seja feita uma distinção funcional entre erros de ortografia que resultam da integração dos saberes no domínio da oralidade na aprendizagem da escrita e erros que se explicam porque a escrita é regida por um sistema de convenções cujo aprendizado é lento e depende da familiaridade que cada leitor vai adquirindo com a língua escrita.

É interessante não se esquecer de que a língua escrita é uma das modalidades da língua e que não é a que mais preocupa os linguistas e os sociolinguistas.

Como a linguagem oral está (ou deve estar!...) sempre contextualizada, evita-se o conceito de erro nessa modalidade, pelo menos em relação ao falante nativo, concluindo, exageradamente, que “Todo falante nativo é competente em sua língua materna para nela desempenhar qualquer tarefa comunicativa”. Considero exagerada essa afirmação porque há tarefas comunicativas que alguns falantes não conseguem ou têm dificuldades para conseguir, necessitando de um “vocal” ou de um “advogado” para os auxiliar.

É bom lembrar que ninguém é falante nativo da norma-padrão, da língua ensinada e aprendida na escola como segunda língua.

Por isto, está muito certa a Prof.^a Francisca Paula Soares Maia, que escreveu no início de seu texto “*O Erro Linguístico a Partir de uma Perspectiva Sociolinguística Laboviana*”, preocupada com o ensino de português como língua estrangeira: “em se tratando de ensino de língua estrangeira afirmo que existem *desvios*: fonológicos, morfológicos (ou lexicais), sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos.” (MAIA, 2009)

Depois de apresentar exemplos de diversos tipos de desvios, Maia conclui seu raciocínio do seguinte modo:

Por estes simples exemplos, penso que fica clara a ideia que defendo, ou seja, a de que não existe a dicotomia “certo” / “errado”. Existem vários alvos que podem ser atingidos, principalmente em se tratando da produção da fala. Pensemos ainda que, no processo de aquisição de uma língua estrangeira, as formas oferecidas pela língua materna (ou L1), a partir de conhecimentos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, discursivos, pragmáticos diferentes da LE, sem dúvida levarão a “desvios”. Não por desconhecimento ou dificuldades intelectuais ou cognitivas dos aprendizes, mas porque estarão testando hipóteses de uso na língua-alvo com embasamento em sua L1. Estas afirmações vão de encontro ao trabalho de Oliveira (2005) que aborda a questão do “erro” linguístico na aquisição da língua escrita nos primeiros anos de escolarização. Segundo este autor, as crianças não cometem erros, testam hipóteses durante a aquisição da língua escrita a partir dos conhecimentos adquiridos em língua oral. (MAIA, 2009)

Pode-se afirmar, portanto, que o que se pressupõe ser erro, na comunicação oral é, de fato, uma inadequação da forma utilizada pelo falante relativamente ao que o seu interlocutor esperava ouvir. Inadequação esta que decorre do que os interlocutores imaginam uns dos outros e “dos papéis sociais que estejam desempenhando e das normas e crenças vigentes na comunidade de fala”. (BERTONI-RICARDO, 2004)

Sociolinguisticamente, o que interessa é a adequação da variante linguística conforme seu grau de prestígio na comunidade. Portanto, como lembra Bertoni-Ricardo (2004), “O erro na língua oral é, pois, um fato social. Ele não decorre da transgressão de um sistema de regras da estrutura da língua e se explica, simplesmente, pela (in)adequação de certas formas a certos usos.”

Sendo um fato social, só é condenada a variedade e estilo utilizados pelo falante fora do “contexto que é o seu habitat natural na ecologia sociolinguística de uma comunidade de fala”.

No caso dos erros gráficos, a questão é outra. E é para responder a isto que a Prof.^a Stella Maris pergunta: “Se para a sociolinguística, o conceito tradicional de erro é altamente nefando, por que alguns linguistas transitam pela metodologia de erros da língua escrita?”

E a resposta é simples, porque não existe uma única norma para a língua oral, mas numerosas, todas elas possíveis e competitivas entre si.

Na língua escrita, ao contrário, errar é transgredir um código estabelecido ao longo de décadas ou séculos e prescrito por uma ortografia oficial, que, exceto em raríssimos casos, não prevê variação.

O domínio da ortografia é lento e requer muito contato com a modalidade escrita da língua. Dominar bem as regras de ortografia é um trabalho para toda a trajetória escolar e, quem sabe, para toda a vida do indivíduo. (BORTONI-RICARDO, 2004)

Por isto, por mais tolerantes que sejamos, o erro mais frequentemente encontrado nas redações é o gráfico, sem se fazer exceção para os profissionais de nível superior.

A aprendizagem da ortografia é um trabalho criativo, em que o aluno reflete sobre a forma de escrever, buscando subsídios na sua língua oral e nos conhecimentos adquiridos sobre a língua escrita para construir hipóteses sobre a forma correta. Desde o início dessa aprendizagem, os alunos vão construindo suas hipóteses e aperfeiçoando seu desempenho na modalidade escrita da língua. E é a análise desses erros que ajuda o professor a entender o processo criativo de seus alunos para dominarem a ortografia.

Por isso, conclui Bortoni-Ricardo,

“cada erro deve ser objeto de produtiva discussão entre professor e aluno. Ao discutir os erros com o aluno, este vai verbalizar o caminho do seu raciocínio na decisão de escrever de uma forma ou de outra.”

Também é importante destacar que, embora a língua escrita deva seguir uma ortografia, “saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento. A ortografia não faz parte da gramática da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua.” (BAGNO, 2009, p. 156)

3. Variação linguística e ensino de língua: a doutrina do erro²

Considerando-se com seriedade o quanto pesa o preconceito linguístico em nossa sociedade, cabe ao professor de língua apresentar aos alunos os *valores sociais atribuídos a cada variedade linguística*, evitando-se, assim que sejam penalizados inconscientemente.

Todas as línguas vivas variam, seja em relação ao tempo, ao espaço, à classe social dos usuários ou ao contexto ou situação em que forem usadas. Só não muda, naturalmente, uma língua morta. Mas essa mudança não é para melhor nem para pior, é para o diferente, que não manifesta nem progresso nem decadência.

Em seu livro *Língua Materna*, Marcos Bagno ensina que, em relação a língua,

... tudo aquilo que é classificado tradicionalmente de “erro” tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. A noção de erro em língua é inaceitável dentro de uma abordagem científica dos fenômenos da linguagem. Afinal, nenhuma ciência pode considerar a existência de erros em seu objeto de estudo... (BAGNO, 2002, p. 72)

E, depois de lembrar que um zoólogo não classificaria como “errado” nenhum espécime observado por ser diferente de outro, acrescenta:

No entanto, mesmo que tenhamos tudo isso muito claro em nossas mentes, é preciso sempre lembrar que, do ponto de vista *sociológico*, o “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição dos falantes dentro da pirâmide das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedades linguísticas. Quanto mais baixo estiver um falante na escala social, maior número de “erros” as camadas mais elevadas atribuirão à sua variedade linguística (e a diversas outras características sociais dele). O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico é antropológico, e se baseia, portanto, numa avaliação negativa que nada tem de linguística: é uma avaliação estritamente baseada no valor *social* atribuído ao falante, em seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou

² Neste tópico, seguirei de perto as reflexões de Marcos Bagno (2002, p. 70-77), no capítulo que tem esse título.

proibidos, na cor de sua pele, em seu sexo e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais. Por isso é que, muitas vezes, um mesmo suposto erro é considerado como uma “licença poética” quando surge num texto assinado por um autor de renome ou na fala de um membro das classes privilegiadas, e um “vício de linguagem” ou um “atentado contra a língua” quando se materializa na fala ou na escrita de uma pessoa estigmatizada socialmente – “*uma língua ou variedade de língua vale o que valem seus falantes*” (GNERRE, 1985, p. 4). (BAGNO, 2002, p. 73-74)

É muito importante prevenir nossos alunos sobre o preconceito linguístico porque ele pode desencadear uma série de avaliações ideologicamente negativas que lhe trarão muitos problemas, apesar de serem falsas: “alguém *fala* errado porque *pensa* errado, porque *age* errado, porque *é* errado... O outro lado da mesma moeda ideológica é fácil de imaginar: quem fala certo, pensa certo, age certo, é certo...” (BAGNO, 2002, p. 74)

Temos de ensinar a norma-padrão, pois a sua omissão impediria que os alunos a utilizassem. Mas é importante estarmos conscientes também de que

Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, então, *discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística*, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa.

Se, num trabalho escrito, por exemplo, encontrarmos usos linguísticos condenados pela gramática normativa, vamos ter a honestidade e o bom-senso de reconhecer que a NP tradicional oferece apenas *uma* das muitas possibilidades de realização dos recursos existentes na língua, uma possibilidade que além de única é também carregada de traços de obsolescência que provocam no falante nativo um estranhamento quase semelhante ao provocado por um enunciado em língua estrangeira.

Bagno ensina que não podemos forçar os alunos a aceitar a norma-padrão simplesmente por acharmos que ela é a melhor para o sucesso deles na sociedade. Por outro lado, no entanto, temos a obrigação de demonstrar-lhes as vantagens e desvantagens de se utilizar umas e não outras regras gramaticais.

4. Se fosse possível concluir...

A sociolinguística não surgiu ontem, nem foi inventada pelo presidente Lula, mas a consciência sociolinguística e a diversidade de posições políticas para lidar

com ela só muito recentemente se têm manifestado claramente e, às vezes, de forma extremamente equivocada, como na longa polêmica sobre aquele livro didático de português da **Coleção Viver, Aprender**.

Essa fala tem a pretensão de fazer prolongar a discussão sobre a questão do erro, apresentando alguns dos pontos que merecem ser melhor discutidos.

Se conseguir essa provocação, foi atingido o seu objetivo.

Muito obrigado!...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: ____; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002, p. 13-84.

_____. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 38. ed. São Paulo: Loyola, 2005. [52. ed., 2009].

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. A linguística na escola. In: *Anais da 56ª Reunião Anual da SBPC*, Cuiabá, 2004. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/56ra/banco_conf_simp/textos/StellaRicardo.htm>. Acesso em: 14-10-2011.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MAIA, Francisca Paula Soares. O “erro” linguístico a partir de uma perspectiva sociolinguística laboviana. In: V CIEL – CICLO DE ESTUDOS EM LINGUAGEM Estudos da Linguagem e formação docente: desafios contemporâneos UEPG – Ponta Grossa, Paraná, 28 a 30 de abril de 2009. *Anais do V CIEL – Ciclo de Estudos em Linguagem*. Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <<http://api.ning.com/files/3NV7PcJbVyznB6PJPBBIK1oJquLAudoTjDqJ7suDelzEA4kqkVbdFXtvPkbP33I/FranciscaSoaresMaia.pdf>>. Acesso em: 16-10-2011.

MARTINS, Heloise. *Sociolinguística*. Disponível em: <<http://www.helomartins.com.br/temas/sociolinguistica.html>>. Acesso em: 14-10-2012.

MOREIRA, Jaqueline Góis. *A relevância do conhecimento sociolinguístico para a prática docente na alfabetização: do estatuto do erro ao reconhecimento da diversidade linguística*. Salvador: UNEB, 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-JAQUELINE-GOIS.pdf>>. Acesso em: 16-10-2011.

OLIVEIRA, Marco Antônio. Conhecimento linguístico e apropriação do sistema de escrita. *Caderno do CEALE – FAE/UFMG*. Belo Horizonte: MEC, 2005.

SILVERMAN, Daniel Doron. Three types of sound substitution. In: *A critical introduction to phonology of sound, mind and body*. Continuum. London. New York. 2006.